



Lista de participantes com recurso

DUPLICAR COPIADORA LTDA

17/06/2024 | 13:46:32



FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.

17/06/2024 | 15:34:39



Justificativa

Download do arquivo

Da Instrução Normativa nº. 73/2022 – Governo Federal Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove. Neste entendimento, o legislador quis dar um parâmetro para as Administrações Públicas, o que seria um indício de inexequibilidade das propostas, pois se vê muitas empresas, vencendo pregões e não executando de forma para qual foi contratada. Desta forma é imperativo o demonstrativo da planilha de custo e documentos idôneos para compra de insumos e material pela Recorrida, bem como uma diligência do agente de contratação, como dita parágrafo único do artigo acima. No contexto de licitações, um preço inexequível são preços que não podem ser executados devido à falta de evidências de sua viabilidade. Por exemplo, um preço muito abaixo da média pode levantar suspeitas de sua não concretude. O Edital é cristalino e a ele é necessário se ater, em suas exigências e o comprometimento do Licitante e cumprir fielmente o que nele consta. O TCU orienta na questão de critérios de fornecedores, sendo relevante o fator RISCO, da inexequibilidade que leva a incapacidade no tocante ao atendimento de qualidade e de acordo com as exigências do Edital. É determinante a execução do objeto e seus aderentes, com eficiência, prazo e qualidade proporcional. O risco não avaliado hoje, poderá gerar uma elevação de preço futuro, fazendo com que a Administração gaste mais do que o necessário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

**Processo Licitatório no 058/2024**

**Pregão Eletrônico no 023/2024**

**Registro de Preço no 012/2024**

**Ao Pregoeiro**

**FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA**, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, ora denominada Recorrente, por seu representante legal, abaixo assinado, vem respeitosamente à presença de V. Sa apresentar seu **RECURSO ADMINISTRATIVO**, face a **GABRIEL SEABRA FERREIRA - MASTERPRINT**, devidamente qualificada no processo licitatório, ora denominada Recorrida, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

**DOS FUNDAMNTOS LEGAIS**

A empresa Recorrente no certame acima descrito, para o objeto licitado, ofertou o preço de R\$0,08 (oito centavos) por cópia e a Recorrida ofertou R\$0,07 (sete centavos) por cópia. A discrepância está na avaliação da Administração Pública, que avaliou o maior preço em R\$0,16 (dezesesseis centavos), os fundamentos seguem abaixo.

Como é de conhecimento de qualquer participante em Certame Licitatório os princípios que norteiam a nova de Lei 14.133/2021, apresenta um extenso rol de princípios, elencados no artigo 5º, vejamos:

*Legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; eficiência; interesse público; probidade administrativa; igualdade; planejamento; transparência; eficácia; segregação de funções; motivação; vinculação ao edital; julgamento objetivo; segurança jurídica; razoabilidade; competitividade; proporcionalidade; celeridade; economicidade; desenvolvimento nacional sustentável e as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Em que pese os princípios destacados acima, dentro do Certame é de ser avaliado em comum com a tipificação da modalidade do pregão, princípios que vão dar razão à eficácia e gerar eficiência para o órgão público, no sentido de ter um contrato até o final, **sem intercorrências para a efetividade do Objeto licitado e suas exigências aderentes.**

#### **Da Instrução Normativa nº. 73/2022 – Governo Federal**

**Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**Parágrafo único. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove.**

Neste entendimento, o legislador quis dar um parâmetro para as Administrações Públicas, o que seria um indício de inexecuibilidade das propostas, pois se vê muitas empresas, vencendo pregões e não executando de forma para qual foi contratada.

Desta forma é imperativo o demonstrativo da planilha de custo e documentos idôneos para compra de insumos e material pela Recorrida, bem como uma diligência do agente de contratação, como dita parágrafo único do artigo acima.

No contexto de licitações, um preço inexequível são preços que não podem ser executados devido à falta de evidências de sua viabilidade. Por exemplo, um preço muito abaixo da média pode levantar suspeitas de sua não concretude.

**O Edital é cristalino e a ele é necessário se ater, em suas exigências e o comprometimento do Licitante e cumprir fielmente o que nele consta.**

O TCU orienta na questão de critérios de fornecedores, sendo relevante o fator RISCO, da inexequibilidade que leva a incapacidade no tocante ao atendimento de qualidade e de acordo com as exigências do Edital. É determinante a execução do objeto e seus aderentes, com eficiência, prazo e qualidade proporcional.

**O risco não avaliado hoje, poderá gerar uma elevação de preço futuro, fazendo com que a Administração gaste mais do que o necessário.**

## DO PEDIDO

Desta forma, com uma análise a luz do que se apresenta a Instrução Normativa 73/2022, orientações do TCU, **REQUER** que a Recorrida através de planilha custo e documentos idôneos (orçamentos, nota fiscal de insumos e materiais) comprovem que a proposta possa ser executada, bem uma diligência do Sr. Pregoeiro para comprovar as condições de exequibilidade do objeto, **REQUER** ainda presente recurso seja julgado **PROCEDENTE** para desqualificar a Recorrida caso se comprove a inexecuibilidade do objeto licitado, sob a luz da Justiça e Lei vigente.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Juiz de Fora, 17 de junho de 2024.

FACILITA SERVICOS GERAIS  
LTDA:05191550000230

Assinado de forma digital por  
FACILITA SERVICOS GERAIS  
LTDA:05191550000230  
Dados: 2024.06.17 15:29:51 -03'00'

---

**Facilita Serviços Gerais Ltda.**  
**05.191.550/0002-30**